

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICIPIO DE TERENOS GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 046/2018

Terenos - MS, 29 de Janeiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor SILVIO FIGUEIREDO BRITES Presidente da Câmara Municipal Terenos - MS.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº. 004/2018

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Câmara o Projeto de Lei nº 004/2018, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementação de Programas de Habitação de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Com o objetivo de autorizar a desenvolver todas as ações necessárias para a produção de unidades habitacionais, implementadas ou não por intermédio de termo de adesão, termo de compromisso e/ou similares, firmado com instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pelo Ministério das Cidades, pela Agência Estado de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB MS e/ou pela Chefia de Habitação e Interesse Social / Agência Municipal de Habitação e Interesse Social de Terenos – MS para Servidores Públicos Municipais.

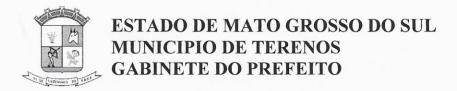
Contando com a costumeira atenção de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

SEBASTIÃO DONIZETE BARRACO

Prefeito do Município de Terenos – MS

Terenos – Estado de Mato Grosso do Sul. e-mail: gabinete.terenos@gmail.com



MENSAGEM Nº 004/2018

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Temos a satisfação de encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 004/2018, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementação de Programas de Habitação de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar a desenvolver todas as ações necessárias para a produção de unidades habitacionais, implementadas ou não por intermédio de termo de adesão, termo de compromisso e/ou similares, firmado com instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pelo Ministério das Cidades, pela Agência Estado de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEHAB MS e/ou pela Chefia de Habitação e Interesse Social / Agência Municipal de Habitação e Interesse Social de Terenos – MS há Servidores Públicos Municipais.

Não restam dúvidas de que com a presente autorização o Município de Terenos permitirá o alcance a autonomia na articulação e cooperação para implementar Programa de Habitação e Interesse Social nas esferas e nos órgãos a que compete tratar, bem como proporcionará aos Servidores Públicos Municipais e aos perfis desenhados nacionalmente e no Plano Local de Habitação a aquisição de moradia, com custos mais baixos, busca e autonomia de sua autoridade competente para disciplinar e promover a utilização da função social da terra nas áreas legisladas para uso de Programas Habitacionais de Interesse Social, evitando-se assim conflitos posteriores, uma vez que se destinará apenas para Servidores Públicos Municipais.

Ademais, o município estará também reduzindo o déficit habitacional da sede do município que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, bem como, coibir fraudes e/ou descumprimento das funções e atribuições dos Programas Habitacionais implantados e implementados no âmbito do Município, do Estado e/ou da União, bem como, aqueles de Cooperação Internacional.

Por tratar-se de matéria de interesse social, solicitamos que o presente projeto de Lei seja apreciado e aprovado por essa Ilustre Casa de Leis.

Atenciosamente,

SEBASTIÃO DONIZETE BARRACO

Prefeito do Município de Terenos – MS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

PROJETO DE LEI Nº. 004/2018 DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementação de Programas de Habitação de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE TERENOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

- Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a produção de unidades habitacionais, implementadas ou não por intermédio de termo de adesão, termo de compromisso e/ou similares, firmado com instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil BACEN, pelo Ministério das Cidades, pela Agência Estado de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul AGEHAB MS e/ou pela Chefia de Habitação e Interesse Social / Agencia Municipal de Habitação e Interesse Social de Terenos MS.
- Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado ainda a desenvolver e a implementar Projeto Habitacional para Servidores Públicos Municipais, com as seguintes obrigações para cada parte:

Município de Terenos:

- a) coordenar a execução do Projeto Habitacional para os Servidores Públicos Municipais;
- b) disponibilizar a área para a execução de Projeto Habitacional e Interesse Social para Servidores Públicos Municipais;
 - c) apresentar e coordenar projeto;
 - d) parcelar a alienação de lote ao beneficiário, quando for necessário;
- e) fiscalizar a construção das obras visando às condições mínimas de habitabilidade, salubridade e segurança do imóvel;

- f) fornecer documentação ao beneficiário após a quitação dos débitos para com a Prefeitura Municipal e Agencia de Habitação e Interesse Social e demais obrigações assumidas, a qual deverá a AGEHAB/CHAB Municipal emitir parecer favorável sobre a situação habitacional.
 - g) recepcionar a documentação dos beneficiários
- h) reintegrar unidade ocupadas indevidamente a que venham a contrariar as legislações vigentes e/ou perfil pré estabelecido por meio de Lei, Portaria e/ou Decreto e/ou Resoluções da AGEHAB/CHAB de Terenos MS.

Parágrafo Único: O Gestor de Habitação do Município e/ou Chefia de Habitação e Interesse Social do Município poderá emitir Instrução Normativa, instruindo os procedimentos Habitacionais entorno da Política Municipal de Habitação e Interesse Social a que compete as atribuições a ele conferido pelo Poder Executivo Municipal e demais legislações vigentes e em cumprimento a Política Nacional de Habitação e Interesse Social.

II- Beneficiário (Servidores Públicos Municipais):

- a) preencher os critérios sociais estabelecidos no Programa de Habitação e Interesse Social, especificamente para Servidores Públicos Municipal;
 - b) usar a unidade habitacional para fins exclusivos do programa;
- c) cumprir com todas as obrigações do Programa de Habitação e Interesse Social como limpeza, conservação, ajardinamento e arborização.
- e) cumprimento das legislações vigentes, bem como, aquelas fixadas nos itens mencionados no Art. 1º Inciso I da alínea "h" e parágrafo Único do mesmo artigo constante nesta Lei.

Parágrafo Primeiro: O não cumprimento do disposto no inciso II deste artigo acarretará o retorno do imóvel ao município e seu retorno ao Programa de Habitação e Interesse Social, especificamente para Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, Servidor Público Municipal é toda pessoa investida em cargo público, de provimento efetivo e/ou em comissão, dos Poderes Executivos e Legislativos do Município de Terenos, bem como suas respectivas autarquias e fundações.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar:

- I. Até 20 (vinte) lotes no Loteamento Eduardo Perez Filho, para implementar o Programa Habitacional de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais, diretamente aos beneficiários.
- II. Até 20 (vinte) lotes no Loteamento VIVARE, para implementar o Programa Habitacional de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais, diretamente aos beneficiários.
- Art. 4º Somente será transferido o imóvel aos beneficiários após o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas, em especial ao cumprimento das exigências a que será Instruídas e procedimentada pelo órgão Municipal habitacional competente, a

qual o Gestor de Habitação e Interesse deverá atestar a legalidade, bem como o cumprimento integral das obrigações assumidas referente ao Programa Habitacional de Interesse Social, apresentado documento de vistoria expedido pela Agencia de Habitação Popular e Interesse Social do Município de Terenos - AGEHAB/ CHAB.

- Art. 5° O processo de alienação dos referidos lotes urbanos, ocorrerá com dispensa de licitação, nos termos da Lei n°. 8.666/93, vez que serão destinados para fins habitacionais.
- Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social FMHIS para o presente Exercício e exercícios subseqüentes.
- Art. 7º Os casos omissos desta Lei deverão ser reportados ao Gestor Municipal de Habitação de Terenos, que deverá emitir parecer ao Executivo e/ou Legislativo Municipal quando solicitado.
- Art. 11º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Terenos, 29 de Janeiro de 2018.

SEBASTIÃO DONIZETE BARRACO

Prefeito de Terenos



O LEGISLATIVO MAIS PERTO DE VOCÊ

PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL E FINANÇAS E ORÇAMENTO

Nº 004/18

Aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezoito, reúne-se em conjunto as Comissões de Justiça, Legislação e Redação Final e Finanças e Orçamento, com a finalidade de Proceder a Análise e emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 004/18, Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementação de Programas de Habitação de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

As referidas Comissões após Análise dão o seu Parecer Favorável por Unanimidade ao projeto de Lei nº 004/18.

Sala das Sessões, 02 de Março de 2018.

HELDER NOBORU KASAE

ace

Presidente Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final

ASSIS ALVES DE ALMEIDA

Relator

Richide Guinaraes Leone

Membro

GERSON TERRA

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JOSE AGOSTIM ACOSTA NETO

RELATOR

LEANDRO GUIMARÃES CARAMALAC DA COSTA

MEMBRO



O LEGISLATIVO MAIS PERTO DE VOCÊ

PARECER DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL E FINANÇAS E ORÇAMENTO

N° 004/18

Aos dois dias do mês de Março do ano de dois mil e dezoito, reúne-se em conjunto as Comissões de Justiça, Legislação e Redação Final e Finanças e Orçamento, com a finalidade de Proceder a Análise e emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 004/18, Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementação de Programas de Habitação de Interesse Social para Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

As referidas Comissões após Análise dão o seu Parecer Favorável por Unanimidade ao projeto de Lei nº 004/18.

Sala das Sessões, 02 de Março de 2018.

HELDER NOBORU KASAE

Presidente Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final

ASSIS ALVES DE ALMEIDA

Relator

Ricardo Guinarães Leonel

Membro

GERSON TERRA

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JOSE AGOSTIM ACOSTA NETO

RELATOR

LEANDRO GUIMARÃES CARAMALAC DA COSTA

MEMBRO